

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE	-	2.310	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 7)	-	2.310
DISPONIBILIDADES NO BANCO OPERADOR (Nota 4)	-	2.117	Recursos FUNDAPSOCIAL	19.683	22.046
			Governo do Estado do Espírito Santo	18.745	18.745
			Doações e Subvenções para Investimentos	209	209
			Valores destinados - Decreto 3194-R	729	3.092
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 5)	-	193	Resultados Acumulados	(19.683)	(19.736)
Repasse Interfinanceiros	-	193	Resultados Acumulados	(19.736)	(19.826)
Devedores por Repasses a Agentes Financeiros	-	193	Resultado do Exercício	53	90
TOTAL DO ATIVO	-	2.310	TOTAL DO PASSIVO	-	2.310

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Eventos	Recursos Governo do Estado do Espírito Santo	Resultados Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2016	22.046	(19.826)	2.220
- Resultado do Exercício	-	90	90
SALDOS EM 31/12/2017	22.046	(19.736)	2.310
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2017	-	90	90
SALDOS EM 31/12/2017	22.046	(19.736)	2.310
- Valores destinados - Decreto 3194-R	(2.363)	-	(2.363)
- Resultado do Exercício	-	53	53
SALDOS EM 31/12/2018	19.683	(19.683)	-
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2018	(2.363)	53	2.310

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
RENDAS OPERACIONAIS		
De Recursos Disponíveis no Banco Operador (Nota 6)	53	90
RESULTADO DO EXERCÍCIO	53	90

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO - Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO		
Lucro líquido	53	90
Relações interfinanceiras	193	1.499
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	246	1.589
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
-	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Valores destinados - Decreto 3194-R (resgastes)	(3.363)	-
Valores destinados - Decreto 3194-R (ingressos)	1.000	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	(2.363)	-
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.117)	1.589
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS		
Início do Período	2.117	528
Fim do Período	-	2.117
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.117)	1.589

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL - é um fundo público de natureza financeira, sem personalidade jurídica, instituído pela Lei Estadual nº 7.829, de 09 de julho de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 1.366-R de 12 de agosto de 2004. O Fundo possui um órgão colegiado, denominado COMEF - Comitê Executivo do FUNDAPSOCIAL, com competência para regular e estabelecer políticas de aprovação e aplicação de seus recursos.

O Fundo tem por objetivo apoiar financeiramente micro e pequenas empresas industriais, comerciais e de serviços, microempreendedores, inclusive do setor informal, e projetos sociais e culturais.

Os recursos disponíveis do FUNDAPSOCIAL são geridos pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, cabendo-lhe a sua representação ativa e passiva. Esses recursos são oriundos das opções das empresas mutuárias do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP, na forma do art. 3º do Decreto nº 1.366-R de 12 de agosto de 2004, das parcelas do retorno dos financiamentos concedidos, dos encargos financeiros contratados, dos juros moratórios nas operações realizadas e da remuneração paga pelo BANDES sobre os recursos não aplicados em financiamentos, entre outros.

Atualmente, o FUNDAPSOCIAL encontra-se em processo de descontinuidade, aguardando deliberação sobre sua dissolução e/ou extinção, tendo realizado seus ativos e passivos, e efetuado a aplicação dos recursos em integralização no capital social do BANDES, conforme Decreto nº 3524-R, de 06 de fevereiro de 2014, que autoriza a subscrição, pelo Estado do Espírito Santo, de ações emitidas pelo BANDES, mediante utilização de recursos do Fundo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Estas Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da demonstração do valor adicionado.

3. Principais práticas contábeis adotadas

- O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios;
- As receitas e as despesas são apropriadas diariamente, independentemente da apuração de resultado periódica;
- O exercício social tem a duração de um ano, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro;

FUNDAPSOCIAL

FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS
EMPREENDEIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

d. A moeda funcional utilizada pelo FUNDAPSOCIAL é o Real, mesma moeda de apresentação destas Demonstrações Contábeis, nas quais os valores expressos estão em milhares de Reais.

e. Estas demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão em 14 de março de 2019 pela Administração (Fundamento: Decreto nº 1366-R de 12/08/2004, Capítulo II, Artigo 6º).

4. Disponibilidades no banco operador

A rubrica apresenta saldo R\$ 0,00 ao término de 2018 (R\$ 2.117 em 2017). O encerramento do saldo é decorrente de resgate de recursos efetuado pelo Estado do Espírito Santo para subscrição de ações do

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A., conforme decreto nº 3524-R, de 05 de fevereiro de 2014. O total resgatado R\$ 3.363, é resultante da adição ao saldo do exercício anterior R\$ 2.117, de R\$ 246 de remuneração das disponibilidades e retornos de repasses interfinanceiros, mais R\$ 1.000 referentes cauções de financiamentos FUNDAP retidas no banco operador.

5. Relações interfinanceiras

Representam o saldo repassado ao agente financeiro credenciado (BANDES). As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de rendas de repasses interfinanceiros.

Os repasses aos agentes financeiros são remunerados conforme segue:

Remuneração	Linha/Agente Financeiro	Saldo das Operações (Em milhares de Reais)		% de Representatividade	
		2018	2017	2018	2017
0%	Giro Exclusivo BANDES	-	-	-	-
0%	Giro Exclusivo II BANDES	-	103	-	53,37
0%	Empreendedor Pessoas Jurídicas Profissionais Liberais BANDES	-	85	-	44,04
0%	BANDES - FUNDAPSOCIAL NOSSOCRÉDITO - Investimento Fixo e Misto	-	-	-	-
0%	FUNDAPSOCIAL/Patrimônio Arquitetônico - BANDES	-	5	-	2,59
TOTAL		-	193	-	100,00

6. Relações com banco operador

Detalhamento das operações:

	2018	2017
Banco Operador		
Disponibilidades no Banco operador	-	2.117
FUNDAPSOCIAL		
Despesas de administração	-	-
Rendas sobre disponibilidade de recursos	53	90

No exercício de 2018 o Fundo recebeu R\$ 53 (R\$ 90 em 2017) a título de remuneração dos recursos disponíveis no banco operador.

A partir do exercício de 2016 as despesas do FUNDAPSOCIAL, inclusive a taxa de administração, passaram a ser suportadas pelo banco operador.

7. Patrimônio líquido

Os recursos financeiros, no total de R\$ 2.363, que constituíam o patrimônio líquido do FUNDAPSOCIAL, foram utilizados pelo Estado do Espírito Santo para aumento de capital do BANDES, conforme Decreto Estadual nº 3524-R, de 05 de fevereiro de 2014, autorizativo da referida subscrição de ações.

AROLDO NATAL SILVA FILHO
Diretor-Presidente

**DENISE DE MOURA CADETE
GAZZINELLI CRUZ**
Diretora de Administração e Finanças

EVERALDO COLODETTI
Diretor de Crédito e Fomento

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do FUNDAPSOCIAL - FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDEIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS (Instituído pela Lei Estadual nº 7.829/2004 e Operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES).
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDAPSOCIAL - Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, da evolução dos títulos e valores mobiliários, das mutações do patrimônio líquido e da movimentação dos recursos, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDAPSOCIAL - Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, que indica que o FUNDAPSOCIAL encontra-se em processo de descontinuidade operacional, tendo realizado seus ativos e passivos no exercício de 2018, bem como a integralização de seus recursos em aumento de capital do BANDES.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um

FUNDAPSOCIAL

FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS
EMPREENDEMENTOS E PROJETOS SOCIAIS



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/O-3 – T – SP
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/O-2
Sócio Responsável Técnico